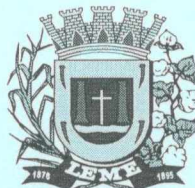


PROCESSO Nº  
22/17

REG. PROC. Nº  
06

FL. 1  
FOLHA Nº  
23



## CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

Estado de São Paulo

### AUTOS DE

PROJETO DE LEI Nº 15/17

Crédito adicional especial - R\$ 706.238,56

Autor: de Prefeito

### AUTUAÇÃO

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de 2017  
autuo o P.L. nº 15/17 e of. nº 141/17 em frente

Eu, \_\_\_\_\_, subscrevi

AL 08/17

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME  
ESTADO DE SÃO PAULO



Ofício nº 141/2017 - GP



Leme, 24 de fevereiro de 2017.

Através do presente encaminho a essa Colenda Casa para apreciação o Projeto que:

- ✓ "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial e dá outras providências"

Ressalto que se justifica a Urgência do referido projeto de lei tendo em vista a data limite de 03 de Março de 2017 para a devolução das verbas do Convênio nº 811.159/2014 (contrato denunciado pela gestão anterior); sob pena de não o fazendo, haver reprovação de contas da anterior e atual administração pela incidência da responsabilidade solidária.

Ademais, com fundamentação nos artigos 190, I, 191, 192 e incisos e 193 parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Vereadores de Leme, requeiro a tramitação sob regime de urgência especial.

Por fim, aproveito a oportunidade para externar a Vossa Excelência e nobres pares, meus votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO

Prefeito do Município de Leme

Ao

Excelentíssimo Senhor,

**RICARDO PINHEIRO DE ASSIS**

Presidente da Câmara dos Vereadores do Município de Leme/SP.

Nesta

# REGISTRO

Registrado sob o nº de ordem 22

fls 23, do Registro de Processo nº 6

Leme, 24 de 2 de 20 17

Funcionário 



**PROJETO DE LEI Nº 15 /2017**

**“Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial e dá outras providências”**

Wagner Ricardo Antunes Filho, Prefeito do Município de Leme, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Artigo 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 706.238,56 (setecentos e seis mil, duzentos e trinta e oito reais e cinquenta e seis centavos), na seguinte dotação orçamentária:

UG	Fonte de Recurso	Código de Aplicação	Funcional Programática	Código Reduzido	Valor
0	5	100.0056	02.15.01-278120033.2.111000-3.3.90.93	6454	R\$ 706.238,56
Total Art. 43, § 1º, II - L.4.320/64					R\$ 706.238,56
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 706.238,56</b>

§ 1º - O crédito aberto no Artigo 1º, no valor de R\$ 706.238,56 (setecentos e seis mil, duzentos e trinta e oito reais e cinquenta e seis centavos), correrá por conta de **excesso de arrecadação**, conforme previsto no Artigo 43, § 1º, II, da Lei Federal nº 4.320/64.

**Artigo 2º** – As alterações serão consideradas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária de 2017.

**Artigo 3º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 24 de Fevereiro de 2017.

  
**WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO**  
Prefeito do Município de Leme





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

C.M.LEME	
Pr 22/17	Fis 09

**JUSTIFICATIVA**

Através da Lei Municipal nº 3.533, de 26 de dezembro de 2016, foi estimada a receita e fixada a despesa para o exercício de 2017.

Considerando Convênio Federal nº 811159/2014, celebrado entre o Ministério do Esporte e a Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Esportes e Lazer;

Considerando que o objeto do convênio era a implantação de 06 (seis) núcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade;

Considerando Termo de Denúncia / Resilição unilateral do referido convênio, com data de 27/10/2016, que solicita a devolução do valor repassado;

Venho mui respeitosamente, propor, URGENTEMENTE, este Projeto de Lei, para adequação do Orçamento da Secretaria de Esportes para 2017, criando a despesa para que a devolução do referido convênio seja realizada sem prejuízo à Administração Municipal, e ajuste das peças de planejamento orçamentário do município.



**WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO**  
Prefeito do Município de Leme



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

C.M.LEML	
Pr 22/17	Fis 05

**Informação de Impacto Orçamentário nº 06/2017**

**Atendimento aos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000**

**Lei de Responsabilidade Fiscal**

**FINALIDADE: “DISPÕE SOBRE AS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PROPOSTAS EM PROJETO DE LEI NA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER.”**

Informamos que a despesas a ser criada neste projeto de Lei, não incidirá impacto sobre o Orçamento vigente, nem sobre os 2 (dois) exercícios subsequentes, visto que, trata-se de devolução de recurso de convênio Federal recebido e não utilizado, então. Essa devolução será efetuada assim que o Projeto de Lei for aprovado, portanto, em 2017. A dotação orçamentária a ser criada está alocada na Secretaria de Esportes e Lazer.

Informamos ainda que, o recursos é vinculado, ou seja, de uso específico, de Transferência Federal, e dispõe de saldo financeiro suficiente para atendimento dos dispêndios, visto que, é recurso proveniente de: excesso de arrecadação de receita não prevista.

Informamos por fim, que por meio do mesmo projeto de Lei as alterações necessárias nas peças de planejamento PPA – Plano Plurianual, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA – Lei Orçamentária Anual, estão sendo incluídas, mantendo assim a compatibilidade entre elas.

**Leme, 24 de Fevereiro de 2017.**

  
**Valéria Ap. Scatolini Otsuka**  
**Diretora de Contabilidade**  
CRC: 1SP214845/O-7

  
**Bruna Vieira Coelho**  
**Chefe do Núcleo de Planejamento e Orçamento**

  
**WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO**  
**Prefeito do Município de Leme**

## DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS

Na qualidade de ordenador de despesas, DECLARO que o presente gasto dispõe de suficiente dotação e de firme e constante expectativa de suporte de caixa, conformando-se com as orientações do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, conforme informação de impacto orçamentário nº 06/2017 da Secretaria Municipal de Finanças.

Leme, 24 de fevereiro de 2017.



**WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO**

**Prefeito Municipal de Leme**

A Procuradoria Jurídica  
para parecer em 24/2/17

---

PRESIDENTE





C.M. LEME	
P 22/17	Rs 07
mg	

MINISTÉRIO DO ESPORTE  
SECRETARIA EXECUTIVA  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA  
COORDENAÇÃO GERAL DE PRESTAÇÃO DE CONTAS  
Setor de Indústrias Gráficas (SIG), Quadra 4 - Lote 83 - Centro Empresarial Capital Financial Center, Bloco C, Térreo  
CEP: 70610-440 - Brasília/DF  
Fone: 61 - 3217-1933

OFÍCIO Nº. 088 /2017/CGPCO/DGI/SE/ME

Brasília-DF, 30 de janeiro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor  
WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO  
Prefeito Municipal de Leme/SP  
Av. 29 de agosto, Nº 668, Centro  
Leme/SP  
CEP: 13.610-210


Assunto: Inclusão em Inadimplência Efetiva do Convênio 811.159/2014 – Processo 58701.001811/2014-14

Excelentíssimo senhor,

Referimo-nos ao Convênio nº 811.159/2014, celebrado entre o Ministério do Esporte - ME e a Prefeitura Municipal de Leme/SP, que teve como objeto *"a implantação de 06 (seis) núcleos do Programa Esporte e Laser da Cidade – Núcleo Urbano no município de Leme/SP"*.

2. Devido ao não atendimento do Ofício nº 813/2016/CGPCO/DGI/SE/ME, de 12 de dezembro de 2016, informamos que essa prefeitura foi registrada em INADIMPLÊNCIA junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV.
3. Assim, deverá ser recolhido o valor atualizado de R\$ 706.238,56 (setecentos e seis mil, duzentos e trinta e oito reais e cinquenta e seis centavos) até 03/03/2017, referente ao valor repassado de R\$ 636.420,00 (seiscentos e trinta e seis mil, quatrocentos e vinte reais), sob pena de reprovação da prestação de contas e posterior instauração de Tomada de Contas Especial – TCE, em desfavor do senhor, na qualidade de Prefeito atual e do senhor Paulo Roberto Blascke, gestor à época, como responsáveis solidários pelo débito.
4. O comprovante deverá ser registrado no SICONV e, após, esta Coordenação Geral de Prestação de Contas deverá ser comunicada para a adoção das providências cabíveis

Atenciosamente,

  
FÁBIO RODRIGO MACHADO  
Coordenador Geral de Prestação de Contas

f

## PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME/SP

### DEMONSTRATIVO DE DÉBITO

(Art. 28 c/c os arts. 24 e 23, III, b da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 6.822/80)  
(De acordo com a Decisão 1.122/2000 TCU-Plenário e o Acórdão 1603/2011-Plenário com alterações do Acórdão 1247/2012-Plenário)

Responsável (eis): WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO / PAULO ROBERTO BLASCKE

Função (ões): PREFEITO / EX- PREFEITO

Origem(ens) do débito: NÃO APRESENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Período: 17/03/2016 a 30/01/2017

#### HISTÓRICO

Data Evento	D/C	Valor
17/03/2016	D	R\$ 636.420,00

#### RESUMO

Saldo do débito (incluindo variação da SELIC) em 30/01/2017	R\$ 706.238,56
---	----------------

#### DETALHAMENTO DO CÁLCULO

001)	Variação da SELIC no período de 17/03/2016 até 30/01/2017, calculada aplicando-se sobre o valor principal (R\$ 636.420,00) o coeficiente 0,109705, obtido pela soma dos índices mensais da Selic, desprezando-se a variação do mês 03/2016, adicionado de 1% para o mês de atualização	69.818,56
002)	Total Geral - obtido pela soma do Principal (R\$ 636.420,00) com a variação da SELIC (R\$ 69.818,56)	706.238,56

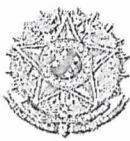
#### LEGISLAÇÃO

##### LEGISLAÇÃO/COEFICIENTES UTILIZADOS:

- De 17/03/2016 a 30/01/2017 - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC - Atualização monetária calculada nos termos do Acórdão Nº 1.603 - TCU - Plenário, de 15/06/2011, com nova redação dada pelo Acórdão Nº 1.247/2012, - TCU - Plenário, de 23/05/2012

R 22/17 Rs 08


Gerado a partir de [https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru\\_novosite/gru\\_simples\\_parte2.asp](https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru_novosite/gru_simples_parte2.asp)

 <b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b> <b>SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL</b> Guia de Recolhimento da União - GRU	Código de Recolhimento	18836-0
	Número de Referência	8111592014
	Competência	01/2017
	Vencimento	03/03/2017
Nome do Contribuinte / Recolhedor: <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME/SP</b>	CNPJ ou CPF do Contribuinte	46.362.661/0001-68
Nome da Unidade Favorecida: <b>DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA</b>	UG / Gestão	180002 / 00001
Instruções: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos.	(=) Valor do Principal	706.238,56
	(-) Desconto/Abatimento	
	(-) Outras deduções	
	(+) Mora / Multa	
	(+) Juros / Encargos	
<b>GRU SIMPLES</b> Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A. [STN06B5B3126BADC8DCFCFAA1CC5BD1938AD]	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	706.238,56

89980007062-3 38560001010-2 95523161883-7 60359022058-9



X

 <b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b> <b>SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL</b> Guia de Recolhimento da União - GRU	Código de Recolhimento	18836-0
	Número de Referência	8111592014
	Competência	01/2017
	Vencimento	03/03/2017
Nome do Contribuinte / Recolhedor: <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME/SP</b>	CNPJ ou CPF do Contribuinte	46.362.661/0001-68
Nome da Unidade Favorecida: <b>DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA</b>	UG / Gestão	180002 / 00001
Instruções: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos.	(=) Valor do Principal	706.238,56
	(-) Desconto/Abatimento	
	(-) Outras deduções	
	(+) Mora / Multa	
	(+) Juros / Encargos	
<b>GRU SIMPLES</b> Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A. [STN06B5B3126BADC8DCFCFAA1CC5BD1938AD]	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	706.238,56

89980007062-3 38560001010-2 95523161883-7 60359022058-9



A





CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME  
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
R 22/17	Rs 09
mg	

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME.

Os vereadores abaixo assinados, com fulcro no art. 192 e seguintes do Regimento Interno da Câmara, vêm, mui respeitosamente, **REQUERER** a Vossa Excelência, seja o presente pedido submetido à apreciação do Egrégio Plenário, para o fim de conceder o **REGIME DE URGÊNCIA ESPECIAL** na tramitação do **Projeto de Lei nº 15/2017**, que "**Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial e dá outras providências**", de autoria do Exmo. Sr. Prefeito Municipal.

**Justificativa:** a pertinência deste requerimento reside na importante e imediata necessidade de devolução de verba recebida por conta de convênio, ao qual o Município de Leme, através da Administração anterior denunciou as verbas do convênio e assim renunciou a implantação de 6 núcleos do programa Esporte e Lazer para nossa cidade.

Leme/SP, 01 de março de 2017.

Leandro J. Camacho

Ademir de Fátima

Ademir de Fátima



Ao Expediente  
01 / 03 / 2017

PRESIDENTE



A Ordem do Dia

01 / 03 / 2017

PRESIDENTE



REQUERIMENTO DE URGÊNCIA ESPECIAL AO PROJETO DE LEI Nº 15/17,  
aprovado por unanimidade em única votação.  
Em 01º de março de 2017.

RICARDO PINHEIRO DE ASSIS  
Presidente







**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
R 22/17	Rs 10
mg	

**PROJETO DE LEI Nº 15/17.**

**EMENTA:** Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial e dá outras providências.

**AUTORIA:** Prefeito Municipal.

**PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES DE:**

**CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO,**

**e**

**ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE.**

As Comissões acima mencionadas, reunidas na Sala das Comissões "Palmiro Ferreira Vieira", analisando o presente Projeto de Lei, apresentam o relatório conjunto abaixo, que fica servindo de voto de seus membros e parecer:

1.] -

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária apresentado pelo Prefeito Municipal com solicitação de tramitação em **regime de urgência especial**, que visa, basicamente, abrir crédito adicional especial de R\$ 706.238,56 no orçamento Municipal da Secretaria de Esportes para 2017, criando assim a despesa para que a devolução do referido convênio seja realizada, sem trazer prejuízos à Administração Municipal, já que poderia causar a reprovação das contas anterior e da atual administração, pela incidência da responsabilidade solidária.

2.] -

Na realidade ocorreu que o Município de Leme celebrou com o Ministério de Esporte o convênio nº 811159/2014, cujo objetivo era a implantação de 06





**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
P 22/17	Rs 11
mg	

núcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade. Contudo, deu-se através do termo de denuncia a resilição unilateral do referido convênio, ou seja, o Município de Leme dispensou a referida verba e consequentemente optou por não executar o referido convênio, daí então se deu a renúncia ao convênio, com a obrigação de devolução das verbas recebidas por conta do convênio.

3.] -

A Administração anterior denunciou o referido convênio, mas não devolveu a verba de R\$ 636.000,00, recebida por conta do convênio, de forma então que agora, o dia 03/03/2017 é prazo limite para devolução, o que justifica a sua Urgência Especial, entretanto, vamos realizar a devolução na ordem de R\$ 706.238,56, o que significa um prejuízo não só para o município mas também a nossa população que ficou privada de receber 6 núcleos do Programa Esporte e Lazer em nossa cidade.

4.] -

Dessa maneira, no entender da **Comissão de Constituição, Justiça e Redação**, o Projeto, sob o aspecto da redação está bem redigido é legal e não ofende a Constituição Federal e nem a Lei Orgânica Municipal. Portanto, nada obsta sua apreciação pelo Plenário, merecendo assim o **PARECER FAVORÁVEL** desta comissão

5.] -

Para a **Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade**, sua apreciação também pode ser submetida ao órgão deliberativo e soberano da Casa, já que existe expressa previsão legal de aplicação dos recursos que se busca autorizar, apontamento claro de sua origem (artigo 43, parágrafo 1º da Lei nº






**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

P	22/17	Rs	12
mg			


4.320/64, decorrente, especialmente, de excesso de arrecadação), faz as necessárias considerações nos anexos do Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária de 2007, além de especificar que o gasto proposto atende ao previsto no artigo 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o que também lhe rende **PARECER FAVORÁVEL** desta Comissão.

Sala das Comissões "Palmiro Ferreira Vieira", em 01 de março de 2017.


**Pela Comissão de C.J.R.**


  
Ellan Ricardo da Paixão  
Presidente

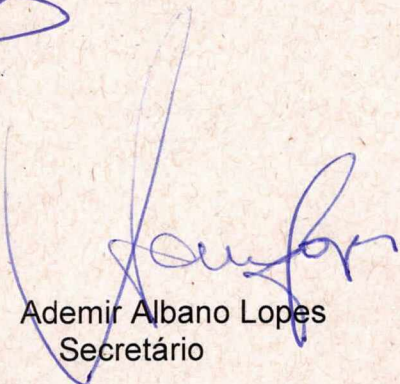
  
Amarilis de Oliveira Ribeiro  
Vice-Presidente

  
Elias Eliel Ferrara  
Secretário

**Pela Comissão O.F.C.**

  
Elias Eliel Ferrara  
Presidente

  
Alexandre dos Santos Leme  
Vice-Presidente

  
Ademir Albano Lopes  
Secretário





**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

A Ordem do Dia

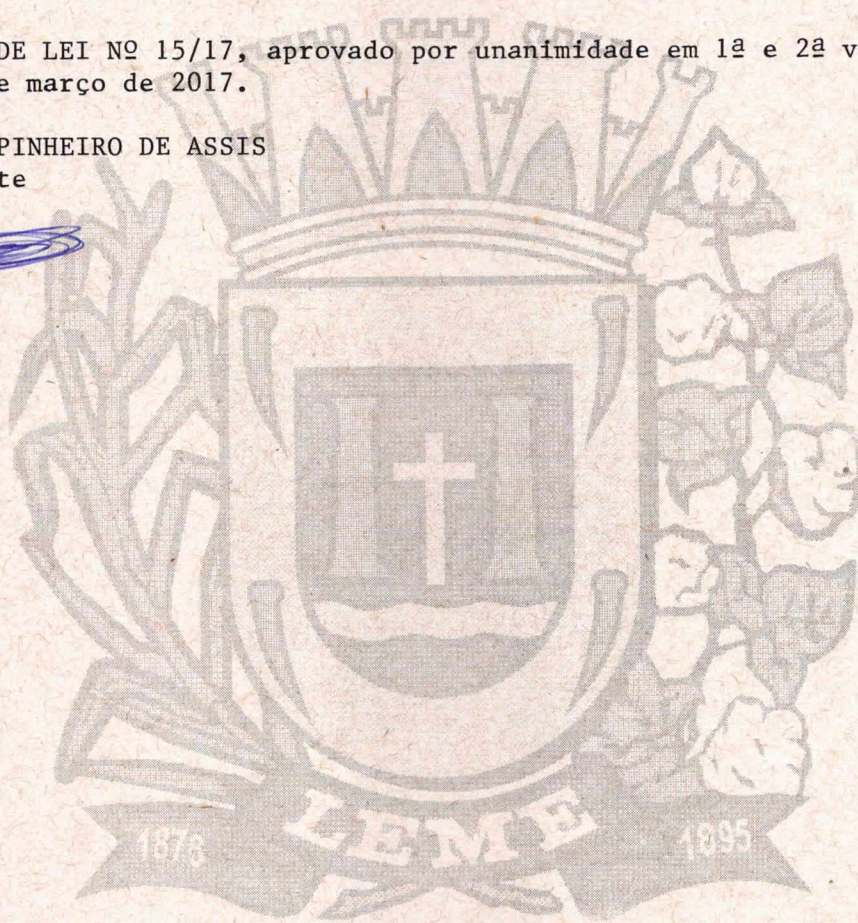
01 / 03 / 2017

PRESIDENTE

C.M. LEME	
R. 22/17	Rs 13

PROJETO DE LEI Nº 15/17, aprovado por unanimidade em 1ª e 2ª votação.  
Em 01º de março de 2017.

RICARDO PINHEIRO DE ASSIS  
Presidente







**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

<b>C.M. LEME</b>	
P 22/17	Rs 14
AMB	

REDAÇÃO FINAL

**PROJETO DE LEI Nº 15/2017**

**“Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial e dá outras providências”**

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 706.238,56 (setecentos e seis mil, duzentos e trinta e oito reais e cinquenta e seis centavos), na seguinte dotação orçamentária:

UG	Fonte de Recurso	Código de Aplicação	Funcional Programática	Código Reduzido	Valor
0	5	100.0056	02.15.01-278120033.2.111000-3.3.90.93	6454	R\$ 706.238,56
Total Art. 43, § 1º, II - L.4.320/64					R\$ 706.238,56
TOTAL					R\$ 706.238,56

§ 1º - O crédito aberto no Artigo 1º, no valor de R\$ 706.238,56 (setecentos e seis mil, duzentos e trinta e oito reais e cinquenta e seis centavos), correrá por conta de **excesso de arrecadação**, conforme previsto no Artigo 43, § 1º, II, da Lei Federal nº 4.320/64.

Artigo 2º - As alterações serão consideradas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária de 2017.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 01º de março de 2017.

Ricardo Pinheiro de Assis  
Presidente